

## ENTREVISTA

### Gustavo Henrique Marques Bezerra (Diplomata, Ministério das Relações Exteriores)

#### Sobre o entrevistado

Gustavo Henrique Marques Bezerra é natural da cidade de Natal/RN.

Graduado em História (bacharelado e licenciatura) pela UFRN, 1999.

Diplomata de carreira desde 2002, Mestre em Diplomacia pelo Instituto Rio Branco (IRBr), tendo servido na Venezuela, na Grécia e no Uruguai, além de diversas missões em outros países, sobretudo da Ásia e da América Latina.

Ocupa a cadeira número 75 (patrono Luís da Câmara Cascudo) do Instituto Histórico e Geográfico do Distrito Federal (IHG-DF), do qual é atualmente diretor de publicações. Autor de dois livros sobre as relações diplomáticas do Brasil publicados pela FUNAG (Fundação Alexandre de Gusmão) e "O Livro Negro do Comunismo no Brasil: mitos e falácias sobre a história da esquerda brasileira" (Jaguatirica, 2019).

ORCID: 0000-0002-2291-7632

Lattes: 0046917580530419

E-mail: ghmb\_2003@hotmail.com

#### 1. É válido ressaltar que a política é uma ciência dinâmica e complexa? Por quê?

**Gustavo Henrique Marques Bezerra** – A Política é um dos ramos mais dinâmicos e complexos do conhecimento humano. Desde Platão e Aristóteles, na Grécia Antiga, os filósofos se puseram a questionar as diversas formas de organização da sociedade. A *pólis*, a comunidade política ateniense, é o modelo original da democracia, evoluindo para as formas atuais da democracia parlamentar, cada vez mais inclusivas. A partir do século XVI, pensadores como Maquiavel deram um novo status e um novo significado à Política, retirando-a do terreno da moral religiosa para inseri-la no contexto dos assuntos humanos, com sua ética própria a reger os negócios do poder e do Estado (a *virtù* e a fortuna), de tal modo que podemos dizer que com o pensador florentino surge, de fato, uma nova ciência (a ciência política).

Posteriormente, autores como Hobbes, Bodin, Grotius e, sobretudo, Montesquieu, Locke e Rousseau, além de Edmund Burke, Thomas Paine, J.S. Mill e os marxistas, entre outros, fizeram avançar a interpretação das relações sociais e políticas, colocando questões como a da liberdade e da igualdade, e das relações entre os Estados, de modo a adaptar as instituições às novas necessidades surgidas das grandes transformações econômicas e sociais do século XVIII em diante, que moldaram o mundo contemporâneo.

Desde então, a Política adquiriu um sentido cada vez mais plural e complexo, adquirindo o status de ciência, à medida que novas demandas e novos atores sociais e estatais entram em cena, trazendo novas visões e novos desafios à contemporaneidade. Entre esses desafios, estão, por exemplo, o de como conciliar a igualdade de direitos com a preservação das tradições e das liberdades individuais, ou a complexa (e às vezes conflituosa) relação entre autodeterminação nacional e o Direito Internacional. De tal maneira que nunca é demais ressaltar o dinamismo e a complexidade da Ciência Política, em um mundo em constante transformação.

## **2. No pleito presidencial de 2022, tivemos os dois candidatos mais bem posicionados com “perfis populistas”.**

**Líderes carismáticos que criaram e criam uma relação de proximidade com as massas sem passar por uma instituição política, mas unicamente por seu carisma. O poder político dos dois deriva desse carisma: o “Mito” e o “Maior líder popular da História brasileira”.**

**Não há dúvida de que o eleitorado brasileiro é muito sensível aos líderes carismáticos, tanto de direita como de esquerda, que sabem denunciar a degradação do bem-estar social e estigmatizar os responsáveis pela crise prometendo grandes rupturas e transformações, como se fossem o Salvador da Pátria chegando para libertar o povo de seus opressores. Eles são os portadores dos sonhos, das ilusões e das expectativas do eleitorado popular. Por que o populismo no Brasil é tão presente?**

**GB** – O populismo não é um fenômeno novo na História política do Brasil. Líderes como Getúlio Vargas (que pode ser considerado o “pai” do populismo brasileiro), Jânio Quadros, João Goulart, Leonel Brizola, Lula e Bolsonaro demonstram que, em diferentes épocas e contextos, parte do eleitorado nacional sempre se inclinou na direção

de políticos carismáticos e messiânicos, que surgem, geralmente, em períodos de crise política e social, prometendo mudanças radicais e acenando para uma interação “direta” com o “povo” (visto como uma entidade vaga e indefinida, quase mística), sem intermediários, acima e além das instituições. Pode-se dizer que se trata de algo praticamente inseparável da trajetória política do Brasil no último século, embora não se possa afirmar, a meu ver, que o populismo atual seja o mesmo daquele que existia há 70 anos.

O populismo é, fundamentalmente, um produto da ascensão de novas camadas sociais, em particular das classes trabalhadoras, decorrente do processo de industrialização e de urbanização da sociedade brasileira, acelerado a partir da década de 1930. Não se restringe ao Brasil, como demonstram personagens como Trump (EUA), Chávez e Maduro (Venezuela), Ortega (Nicarágua), Zelaya (Honduras), Morales (Bolívia), Fernández (Argentina), Fujimori (Peru), Correa (Equador), López-Obrador (México), Orbán (Hungria), Duda (Polônia), Salvini e Meloni (Itália), Erdogan (Turquia), Duterte (Filipinas), Modi (Índia) e mesmo Putin (Rússia).

À diferença dos EUA e da Europa, no Brasil e nos demais países da América Latina o fenômeno está ligado, indissolúvelmente, às demandas dos setores mais pobres da população, adquirindo, também, um aspecto paternalista (a legislação trabalhista, o “pai dos pobres”) e assistencialista (Bolsa Família, Auxílio Brasil etc.). Já nos EUA e na Europa – na periferia da Europa, sobretudo – o avanço de partidos e movimentos populistas na atualidade se caracteriza pela desconfiança em relação aos centros de poder internacionais (FMI, União Europeia, OTAN, ONU etc.) e pela maior aversão aos imigrantes. Em alguns países (Polônia, Hungria, Rússia, Belarus), há, ainda, o legado de décadas do chamado socialismo real, com sua herança burocrática e totalitária.

O populismo não deve ser confundido com a mera demagogia, a simples manipulação das massas (embora esta também seja uma de suas características fundamentais): é, basicamente, uma técnica, um método para tomar o poder e nele se manter, ancorado numa lógica maniqueísta de confrontação (o “discurso do ódio”, o “nós contra eles”, o “bem contra o mal” etc.), na mobilização constante da militância e no desprezo pelas instituições democráticas. Por ser essencialmente messiânico e paternalista, é também personalista, o que o coloca em choque permanente com o Estado Democrático de Direito (o “rule of law”), com suas regras clássicas de institucionalidade e de impessoalidade. É incompatível com elas.

O populismo não pode ser classificado como intrinsecamente de esquerda ou de direita: uma de suas características é a incoerência ideológica. Há populistas de esquerda, com uma plataforma vagamente socialista, como Chávez e Lula, e populistas de direita (ou de uma “soi-disant” direita), autoproclamados anticomunistas como Orbán e Bolsonaro, o que leva alguns analistas a descartar esses conceitos (direita X esquerda) como anacrônicos e ultrapassados para analisar o fenômeno.

Em casos extremos, como o do peronismo na Argentina, o populismo pode ter características francamente protofascistas, abarcando grupos extremistas de ambos os polos do espectro ideológico, conduzindo à implosão da democracia (como ocorreu na Argentina em 1976). É, essencialmente, um movimento contrário ao regime democrático, de cunho autocrático e i-liberal, embora possa agir dentro dos quadros da democracia eleitoral quando lhe é conveniente (como Lula, por exemplo). Populistas também são, em geral, estatistas, embora alguns possam se fantasiar de “liberais” com objetivos propagandísticos, por razões circunstanciais e para se contrapor a seus opositores (é o caso de Bolsonaro). Podem, inclusive, posar de moderados

e de amigos do livre mercado, mas são, fundamentalmente, caudilhos antidemocratas.

O populismo tem características particulares em cada país. No Brasil, alguns fatores históricos e sociológicos ajudam a explicar o porquê de sua permanência: em primeiro lugar, a formação colonial portuguesa, com sua ênfase no papel do Estado (estatolatria), colocou entraves ao desenvolvimento da sociedade e engendrou fenômenos sociais pré-iluministas como o mandonismo local (o “coronelismo”) e o messianismo sebastianista, que pode ser considerado um precursor dos populismos dos séculos XX e XXI. Esse fenômeno sociológico e cultural, em vez de diminuir, apenas se acentuou com a subida ao poder de dirigentes autoritários como Vargas, que governou como ditador em 1937-1945, lançando as bases do Estado brasileiro moderno e dos populismos posteriores, tanto do nacional-populismo de esquerda (João Goulart, Brizola, Lula) quanto do populismo de “direita” (Jânio Quadros, Bolsonaro).

Mesmo o regime militar, nascido do colapso do populismo em 1964 e declaradamente antipopulista, contribuiu, paradoxalmente, para intensificar o fenômeno nos anos seguintes pois, ao cercear as liberdades democráticas, acabou por agravar os aspectos i-liberais e autocráticos da sociedade, reforçando visões reacionárias e o poder patrimonialista das oligarquias regionais, baseado no clientelismo. Daí porque o liberalismo, ou simples ideias iluministas como a laicidade do Estado, ainda são quase desconhecidos ou rechaçados por parcelas consideráveis da sociedade, inclusive por parte de suas elites econômicas e intelectuais, não raro gerando controvérsias inexistentes ou já superadas em outros países.

A dependência estatal, o patrimonialismo, o autoritarismo nas relações sociais, a ausência de consciência democrática na população, o baixo nível de institucionalidade, o fisiologismo, a falta de organicidade e de compromisso democrático

dos partidos políticos – enfim, o atraso – são aspectos que permitem entender por que o fenômeno populista perdura entre nós.

### **3. A extrema direita ganha e ganhou força nos últimos pleitos em diversos países. O que aproxima e diferencia tal fenômeno político nos mais diferentes contextos?**

**GB** – O avanço da extrema-direita, sobretudo nos EUA com Trump e em alguns países da Europa (Hungria, Polônia, Itália etc.), é um fenômeno complexo, com muitas causas diferentes.

No caso de Trump, pode-se dizer que sua eleição em 2016 se deveu, em grande medida, ao aparecimento das novas mídias sociais, que introduziram um novo elemento na vida política, ao criar uma falsa ilusão de “pertencimento” de muitos cidadãos que não se sentiam representados pelo *mainstream* midiático e pelo sistema político bipartidário. Deveu-se, também, ao temor de setores das classes médias descontentes com a globalização e receosos da imigração nas fronteiras, tal como na Europa. Daí a proliferação das “teorias da conspiração”, outro fenômeno ligado à internet, do qual o populismo moderno, ou neopopulismo, assim como as “fake news” e o “discurso do ódio”, é aparentemente inseparável.

Também é interessante notar que Trump, apesar da imagem cultivada de “outsider”, que o aproximou de uma parcela do eleitorado, não rompeu com os partidos tradicionais: ao contrário de outros populistas, ele não criou seu próprio partido, preferindo agir dentro dos já existentes (foi filiado ao Partido Democrata antes de se aposar do Partido Republicano). O mesmo pode ser dito de Bolsonaro, que, apesar de repetir o mesmo discurso “antissistema”, foi durante quase três décadas um parlamentar inexpressivo do baixo clero, eleito por partidos do chamado

“Centrão”, que compõem, atualmente, sua principal base de sustentação política.

O que aproxima os diferentes populismos, como dito anteriormente, é o discurso (sincero ou não) antissistêmico, encarnando o descontentamento de parte da população com o sistema político tradicional, que lhe parece insuficiente ou inadequado para resolver problemas reais como o desemprego, a insegurança e a imigração ilegal (muitas vezes vista como causa daqueles). Daí a atração por líderes “fortes” e salvacionistas, com uma retórica agressiva e ultranacionalista, cujo impacto cresce e angaria adeptos à medida que aumenta o desgaste dos partidos e políticos convencionais, geralmente associados, pelo discurso populista, a interesses econômicos escusos e dominantes. Nesse sentido, a lógica conspiracionista, a busca de bodes expiatórios, com a responsabilização de fatores externos pelos problemas nacionais, é, também, uma constante, variando conforme o rótulo ideológico dos governos populistas em questão: o “imperialismo”, os “oligarcas”, a “elite branca de olhos azuis”, nos de esquerda; o “globalismo”, a “mídia progressista” ou o “comunismo”, nos dá assim chamada direita.

Há também uma forte dose de romantização do passado nacional, um nacionalismo tosco, difuso e, não raro, xenófobo, que se manifesta de diversas formas: o “Make America Great Again”, de Trump nos EUA; o renascimento, sob o chavismo, do “culto a Bolívar” na Venezuela; o indigenismo no México, Bolívia, Peru e Equador; o saudosismo bolsonarista em relação ao regime militar e ao AI-5 no Brasil etc. Na Europa, esse aspecto é acrescido da existência de certos resquícios de regimes como o fascismo na Itália e o franquismo na Espanha, que nunca deixaram de ter adeptos e simpatizantes, potencializando um racismo latente em relação aos imigrantes, particularmente africanos e asiáticos. (O mesmo no caso das ex-ditaduras comunistas do Leste Europeu, em que a nostalgia pelas supostas glórias perdidas do socialismo ainda se faz presente.) Na França, a

extrema-direita sempre existiu, com um forte significado monárquico, ultracatólico e antissemita. Já em países como o Reino Unido, apesar do Brexit, o apelo do populismo é menor, o que se deve, certamente, à maior estabilidade das instituições parlamentares e à inexistência de um passado autoritário recente.

Um outro aspecto que aproxima tais movimentos é a presença de um elemento religioso, que muitas vezes se confunde com o nacionalismo. Isso ocorre, em maior ou menor grau, na Polônia (onde o partido no poder é defensor de uma agenda fortemente católica), na Rússia (com Putin se apoiando cada vez mais na Igreja Cristã Ortodoxa) e na Turquia (em contraste com o caráter laico e secular do regime kemalista). Acontece também no Brasil, com o bolsonarismo se vinculando cada vez mais a setores extremistas e fundamentalistas, sobretudo neopentecostais ou evangélicos, incorporando seu discurso moralista, de forte apelo popular – a “pauta de costumes”, que praticamente substituiu os programas de governo, aliás inexistentes (e que é frequentemente – e equivocadamente – associada às ideias conservadoras).

Essa característica, embora se revista, em muitos casos, do aspecto de defesa dos “valores tradicionais da civilização judaico-cristã ocidental”, guarda algumas semelhanças com a retórica de regimes totalitários como o fascismo e o nazismo, com seu apelo mítico a um passado imperial pré-cristão (no caso do primeiro) e a elementos neopagãos retirados da mitologia nórdica (no caso do segundo).

É importante frisar que não se pode confundir extrema-direita com populismo. Como vimos antes, o populismo se caracteriza por ser incoerente ideologicamente. Há populismos de vários tipos, de direita e de esquerda. Apenas o de extrema-direita é o que mais tem sobressaído e chamado mais a atenção ultimamente.

Basicamente, o que diferencia os vários populismos são aspectos nacionais. Em cada país, ele assume uma roupagem diferente. Na América Latina, o problema da migração ilegal é bem menos relevante do que nos EUA ou na Europa, onde em alguns países essa questão é praticamente a única a separar a extrema-direita da extrema-esquerda.

No Brasil, o populismo atual, em sua versão “de direita”, também se reveste de características mais moralistas, associadas, nos últimos anos – de forma decrescente –, ao “combate à corrupção” e ao punitivismo legal (e extra-legal). À medida que essa pauta foi sendo deixada de lado, contudo, ganhou visibilidade a de costumes (ou “guerra cultural”), com conotação crescentemente religiosa. Mas, de forma geral, é possível dizer que o populismo segue linhas gerais semelhantes.

#### **4. Nas últimas décadas, tivemos muitos livros lançados – nacional e internacionalmente - acerca da crise da democracia liberal e representativa no mundo ocidental. Estamos diante de uma crise ou num processo de reinvenção da democracia nas suas mais diferentes expressões (democracia representativa, democracia de opinião, democracia participativa)?**

**GB** – Dos livros recentes que lançam luz sobre o fenômeno do populismo, destaco três: “Como Morrem as Democracias”, de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt; “O Crepúsculo da Democracia”, de Anne Applebaum; e “Engenheiros do Caos”, de Giuliano da Empoli e Arnaldo Bloch. São livros bem escritos e bem fundamentados, embora eu tenha algumas ressalvas a fazer ao primeiro. Seus autores parecem incorrer num erro, a meu ver, que é o de confundir democracia com democracia *liberal*. As duas não são exatamente a mesma coisa e podem ser, inclusive, antagônicas. A democracia não é, necessariamente, um regime político em que os “melhores” ou os “certos” exercem o poder. Muito pelo contrário: esse é o

ideal da aristocracia (do grego *aristós*, “excelente”), não da democracia, que é essencialmente um regime caótico, no qual nem sempre (raramente, aliás) são escolhidos os melhores ou os mais qualificados para exercer os cargos públicos. Aliás, não surpreende que Sócrates, Platão e Aristóteles desconfiassem da democracia, que viam essencialmente como uma deturpação da *pólis*.

A democracia, sobretudo em sua forma atual de democracia de massas, pode ser a porta de entrada para a subida ao poder de líderes autocráticos, como vimos. O fato de se basear no princípio de “um cidadão, um voto”, ao mesmo tempo que é sua força, é também sua maior vulnerabilidade. A expansão da democracia – entendida como inclusão de mais eleitores ou titulares de direitos e deveres – não significa uma melhora de sua qualidade, muito pelo contrário: muitos políticos populistas, como Chávez, e inclusive ditadores como Hitler, chegaram ao poder por meios eleitorais, de maneira perfeitamente legal e democrática. Aliás, esse é o caminho preferido dos populistas. Não por acaso, populistas costumam confundir propositalmente democracia com eleições.

É difícil dizer se estamos diante de uma crise ou de um processo de reinvenção da democracia. Pode ser, ao mesmo tempo, as duas coisas: os dois fatos não são excludentes, podendo, ao invés disso, ser complementares. Novamente, o exemplo de Chávez na Venezuela é instrutivo: ele apresentava seu regime político, baseado em plebiscitos e consultas populares, como democrático, até mais democrático do que a democracia representativa ou liberal (dizia que a dele era uma “democracia participativa e protagônica”). Ao mesmo tempo, aparelhou o Judiciário, promoveu o culto à própria personalidade, formou uma milícia armada e investiu contra os jornais e emissoras de rádio e TV que lhe faziam oposição. Concomitantemente à erosão da institucionalidade democrática, ampliou os espaços de participação popular – sob seu controle, evidentemente. O mesmo pode ser dito

de outras ditaduras. Foi, simultaneamente, uma crise e uma reinvenção.

Queiramos ou não, a democracia é uma faca de dois gumes: tanto promove a inclusão de setores antes marginalizados, quanto pode propiciar a ascensão de demagogos e dirigentes antidemocráticos e liberticidas, que deles se utilizam como massa de manobra, servindo-se das próprias instituições da democracia para miná-la e destruí-la. É importante ter em mente que as adjetivações geralmente antecedem tentativas de substituir a democracia por outro tipo de regime político, usando seu nome como fonte de legitimação (lembramos que as ditaduras comunistas no Leste Europeu se intitulavam “democracias populares”, e o nome oficial da Coreia do Norte, talvez o regime menos democrático do planeta, é “República Popular Democrática da Coreia”). Nesse sentido, democracia representativa é um pleonismo, já que não é possível a democracia direta. Talvez, em lugar de “governo do povo”, o mais apropriado seria definir a democracia como “governo das instituições” ou “governo das leis” (que é a tradução mais aproximada de “rule of law”).

É importante ressaltar que líderes populistas, geralmente, agem em nome da democracia: pelo menos enquanto ela sirva aos seus interesses, eles se apresentam, quase sempre, como seus mais leais e fervorosos defensores (o partido populista de extrema-direita da Áustria, por exemplo, chama-se “Partido da Liberdade” – “Freiheitliche Partei”). Nesse sentido, convém não perder de vista o paradoxo popperiano, sobretudo no que diz respeito à liberdade de expressão: não se pode tolerar a pregação da intolerância, sob pena de enterrar as liberdades que tornam essa pregação possível, em primeiro lugar. Nunca se deve perder de vista que a democracia não se confunde com um regime de liberdades ilimitadas, nem se resume ao ato de votar. Tampouco é um dado da natureza: assim como qualquer outra criação humana, ela pode ser revogada, inclusive – principalmente – pelos que dizem defendê-la.

Daí a importância da existência de mecanismos institucionais de contenção e controle (“pesos e contrapesos”), capazes de impedir o sequestro da democracia por dirigentes populistas e refrear seus arroubos autoritários. Em especial o Judiciário, e também o Legislativo, além das instituições da sociedade civil organizada (especialmente a imprensa), desempenham um papel primordial na defesa e na preservação do equilíbrio de poderes e na garantia dos direitos e liberdades fundamentais, os dois pilares do regime democrático. Sem instituições fortes, e inclusive sem partidos políticos estruturados e ideologicamente sólidos, a tarefa do populismo fica muito mais fácil.

O populismo é, basicamente, um processo de desfazimento institucional. Em um país sem tradição democrática, o populismo costuma ser o caminho para o rompimento constitucional e a ditadura. Hoje, mais do que nunca, continua a valer o antigo ensinamento dos Pais Fundadores dos EUA: “O preço da Liberdade é a eterna vigilância”.

**Entrevistador:** José Renato Ferraz da Silveira